

## Participação popular na organização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo

Paulo Roberto Zaidan Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** A Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, a maior do Brasil e, por anos, a maior do mundo, é alvo do interesse de diversos atores: movimentos sociais, organizações da sociedade civil, empresas e governos. Atualmente, a única forma de participação da sociedade civil e dos movimentos sociais são os grupos de trabalho (GT) da APOGLBT, a associação civil encarregada da organização da Parada. O presente estudo busca compreender as limitações dessa forma de atuação, investigando outras possibilidades da participação na organização do evento. Conclui-se que há um histórico de *não reconhecimento* da Parada como política pública por parte da Prefeitura de São Paulo e a adoção e efetivação de mecanismos participativos podem reverter esse quadro, sem eliminar por contra própria as desigualdades de poder dentro da democracia representativa e do Estado capitalista. Ainda assim, poderiam apontar para novas formas de radical participação popular.

**Palavras-chave:** Participação Popular, Parada do Orgulho LGBT, Movimentos Sociais e Associações Cívicas

---

<sup>1</sup> Graduado em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo (EACH-USP). Membro da Frente Parlamentar LGBTQIA+ da Assembleia do Estado de São Paulo (ALESP). Fundador do Coletivo Saia Debaixo (movimento estudantil na EACH-USP)

A estratégia adotada pelos movimentos LGBTs<sup>2</sup> na década de 1990 para ocupar diversos espaços reivindicando seus direitos foi estar constantemente visível - contra a imposição do “armário” -, pois assim as demandas sociais seriam expostas publicamente e os antagonismos apareceriam (MACHADO e PRADO, 2009). Para efetivá-la, os movimentos passaram a ocupar a rua, antes deixada somente à violência e à marginalização das pessoas. As Paradas do Orgulho surgem, assim, nos Estados Unidos (“*Pride Parades*”) na década de 1970 como manifestações de rua para preservar a memória da Revolta de Stonewall de 1969, mas só foram se expressar no Brasil em 1995 na forma de passeatas e marchas, “com elementos que seriam aglutinados posteriormente nas paradas” (FRANÇA, 2006: 102).

Do protesto em 1996 na Praça Roosevelt com cerca de 200 pessoas, antecedendo a 1ª Parada oficial, até o atual megaevento com aproximadamente 3 milhões de participantes, a Parada do Orgulho LGBT em São Paulo passou por profundas transformações, principalmente no que tange aos atores envolvidos em sua organização. Se de início parecia muito mais a uma “manifestação de caráter sindical, operária” (SILVA, 2006: 276), a edição de 2019<sup>3</sup> contou com o patrocínio do Burger King, Uber, Amstel, Avon, Mercado Livre, Microsoft, ZenDesk, Rede AccorHotels (com 6 trios exclusivos para as grandes empresas) e movimentou R\$403 milhões para a cidade (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2019), mantendo, apesar disso, o seu caráter de “f(r)esta no controle social” (SILVA, 2006: 288), no qual a festa anda ao lado da reivindicação política.

Os estrondosos valores confirmam que, na verdade, a “Parada de São Paulo tem se estabelecido associada ao turismo” (ORTOLANO, 2012: 321). De início, o que garantiu a expansão do evento tem mostrado não trazer retorno aos movimentos,

---

<sup>2</sup> Será adotada aqui a sigla “LGBT” pois não houve articulação nacional para atualizá-la após a I Conferência Nacional em 2008. A discussão aqui proposta já enfatiza a necessidade de fortalecimento dos movimentos sociais, que utilizam hoje apenas de forma independente siglas como “LGBTQIA+” ou “LGBTQIAP+”. Para melhor entendimento sobre a evolução das siglas, ver (FACCHINI, 2005)

<sup>3</sup> Último evento presencial devido à pandemia do coronavírus

pois eles podem “provocar a despolitização de indivíduos, já que o consumo desenfreado e inconsciente, no intuito de satisfazer desejos contínuos, individualiza e despotencializa noções de coletividade” (FONSECA, 2018: 34). Se a organização do evento é feita somente pela APOGLBT (associação civil responsável pela Parada desde 1999) sob forte influência do mercado, e não há qualquer envolvimento da Prefeitura além do fornecimento de infraestrutura, o poder de decisão dos movimentos sociais e da sociedade civil é mínimo.

Diante desse cenário, a partir de 2019 com a fundação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ na Assembleia do Estado de São Paulo (ALESP), passei a trocar relatos sobre as experiências vividas na Parada com outros movimentos sociais e ativistas integrantes, que sempre se mostravam insatisfeitos com a falta de representação na organização. Novos diálogos foram construídos para pensarmos alternativas de participação, surgindo, dentre elas, o presente estudo *propositivo* sobre a Participação Popular na Organização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo.

As análises aqui feitas partem, conseqüentemente, das experiências e opiniões políticas relatadas nas entrevistas e da minha própria atuação enquanto membro de movimentos sociais e da Frente Parlamentar, mas, sobretudo, enquanto viado e participante da Parada. É importante destacar que, assim como muitos, fui pela primeira vez na Parada, em 2016, ainda saindo da adolescência. Os significados individuais e coletivos são diversos, em cada um bate de uma forma. Mas todos atravessam a potência em juntar milhões de bixas em um só lugar todos os anos no país da Bala, Boi e Bíblia; despertando, conseqüentemente, a luta por um evento cada vez melhor nas mãos das LGBTs.

Por esse motivo, o objetivo central do trabalho é estabelecer uma ponte entre as diferentes posições dos movimentos sociais e da APOGLBT sobre os limites e avanços da atual organização da Parada e sobre os caminhos da participação popular,

pois as conclusões aqui feitas não esgotam a atuação dos movimentos — essa deve ser uma construção coletiva.

Isto posto, as seções que seguem foram divididas entre três temas: (I) uma análise da trajetória da participação na organização da Parada, a partir das principais bibliografias que remontam a história e o envolvimento dos atores no processo de tomada de decisão sobre o evento ao longo dos anos (FRANÇA, 2006; SILVA, 2006), bem como um olhar sobre as disputas formadas com esse tensionamento (ALVAREZ, 2014; ZANOLI, 2019); (II) os limites e desafios da atual organização, apoiando-se, principalmente, nas teorias sobre a operacionalização de associações (EDWARDS e HULME, 1998; ARMANI, 1999; HUDSON, 1999; FALCONER e VILELA, 2001; RICCI, 2004) e em um comparativo entre os megaeventos da cidade e a relação com a Prefeitura de São Paulo (JUNQUEIRA e PRADO, 2011; ZARPELON, 2013; TEIXEIRA, 2019); por último, (III) a participação popular como alternativa de poder, compreendendo o conceito (DI PIETRO, 1993; AVRITZER e SOUSA, 2002; COELHO e VERÍSSIMO, 2004; LUCHMANN, 2008; MUÑOZ, 2015) e os desafios para a efetivação em São Paulo e no Brasil (KLIKSBURG, 1997; VALLA, 1998; BAQUERO, 2001; AVRITZER, 2008; RICCI, 2014), além de outras obras complementares.

A literatura foi intercalada com três entrevistas individuais semiestruturadas que compõem as análises ainda não realizadas pelos pesquisadores do tema para observar os padrões sociais presentes no cotidiano e recolher experiências de vida dos participantes (ALONSO, 2016).

A primeira delas com Gustavo Bonfiglioli, cofundador da Revolta da Lâmpada e ex-integrante da organização através do GT Comunicação e Estratégia, fornecendo depoimentos sobre a visão de um militante não-associado; a segunda, com Nelson Matias, militante desde 1997 na Parada, sócio-fundador e ex-presidente da APOGLBT, de forma a recuperar a história da Parada e da importância da associação;

e, a última, com Diego Veiga, associado da APOGLBT e integrante do GT independente Arte e Cultura<sup>4</sup>, para relatar o espaço e o poder de decisão de um associado.

O Balanço Final, construído a partir das entrevistas, defende dois argumentos: (I) as instâncias participativas sobre a alocação dos recursos econômicos (como audiências públicas e orçamentos participativos) configuram os espaços de decisão popular com melhor retorno aos movimentos sociais e à APOGLBT a serem adotados; (II) por outro lado, a participação da Prefeitura pode ser extremamente prejudicial à autonomia da Parada se forem incluídas decisões centrais como os temas e as reivindicações sociais. Isso pois todos os entrevistados expressaram que qualquer forma de organização esbarra, inevitavelmente, nos limites da democracia representativa e do Estado capitalista, ainda que, como apontam Boaventura de Sousa e Leonardo Avritzer (2002), possam conter na participação popular os potenciais emancipatórios.

### **Participação na organização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo**

A participação de militantes e grupos ao longo da organização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo se deu de duas formas: a primeira, em 1997 e 1998, através dos movimentos sociais, de forma coletiva, sem intermediação ou interferência externa. Com a criação da APOGLBT, em 1999, foi constituída a segunda forma de participação, adotada até hoje, na qual as decisões sobre o evento passaram a ser concentradas na instituição. Nesse período, duas grandes transformações ocorreram: a reestruturação da APOGLBT para a 7ª Parada, em 2003, com a inclusão de grupos de discussão (chamados de coordenadorias ou secretarias),

---

<sup>4</sup> O GT Arte e Cultura era um dos Grupos de Trabalho da APOGLBT, que deixou a associação e virou um grupo independente por não enxergar uma participação efetiva dentro da associação.

e, em 2016, a consolidação dos Grupos de Trabalho (GTs) para a 20ª Parada.

A partir da manifestação na Praça Roosevelt, em 1996, articulada entre militantes de movimentos, como o grupo CORSA (Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor)<sup>5</sup>, Etc. & Tal, e o CAEHUSP (Centro Acadêmico Estudos sobre Homossexualidade da USP), iniciaram-se as reuniões para a 1ª Parada. Nesse momento, as decisões são tomadas coletivamente por movimentos sociais, sem interferência do Estado, do mercado ou organização privada. Foram reunidos, além dos mencionados, o Núcleo de Gays e Lésbicas do PT de São Paulo, APTA (Associação para Prevenção e Tratamento da Aids), Anarco Punks, Núcleo GLBTT do PSTU e a rede Um outro Olhar (SILVA, 2006: 276-277).

O grupo CORSA liderava as reuniões e foi o maior responsável por implementar uma “cultura da visibilidade” na Parada (SILVA, 2006: 282). Sua estrutura de participação assembleísta prevalecia, na qual muitos grupos eram convidados a debater e livres para deliberar sobre as decisões do evento, afastando de início a formação de um “baronato” corporativista (SILVA, 2006: 279). Ao mesmo tempo, a falta de recursos e estrutura era marcante, com dificuldades características da não formalidade e institucionalização, como a perda da sede cedida pela ONG APTA e a difícil captação de recursos — buscando apoio de maneira velada até na Igreja Católica (SILVA, 2006: 281).

A criação da APOGLBT veio para superar essas dificuldades com a crescente necessidade de administrar recursos financeiros e se articular com o poder público; no entanto, foram as mesmas pessoas do CORSA que conduziram esse processo, e “a construção da associação se faz enfadonha, porque as pessoas não se reconhecem como sujeitos políticos da ação, como atores do processo” (SILVA, 2006: 284). Assim, a partir de 1999, inicia-se a segunda forma de participação para a organização com o evento sendo de exclusiva responsabilidade da APOGLBT, conciliando os

---

<sup>5</sup> Nessa época, o grupo era um movimento social. Em 2001, foi transformado em associação civil.

interesses do mercado, dos movimentos sociais e da Prefeitura. Desde o início, é possível se associar (com anuidade de R\$100,00 hoje) ou ser voluntário nas reuniões — a diferença consiste que um associado tem acesso à prestação de contas da APOGLBT e pode participar de assembleias.

Aos voluntários, maioria dos participantes até hoje, sempre foi colocada a possibilidade de participar das reuniões abertas, mas essa limitação era sentida por eles como excludente. A associação promoveu, então, mudanças internas para a 7ª edição, em 2003, e foram criadas secretarias/coordenadorias de gays, lésbicas, transgêneros, o grupo de Jovens Adolescentes Homossexuais (JAH), o grupo de discussão de assuntos religiosos e o grupo de discussão sobre bissexualidade, chamado Espaço-B; mas foram pouco efetivas, pois os movimentos viam como espaços meramente formais e não deliberativos (FRANÇA, 2006). O modelo passou, então, a ficar de escanteio com a saída da Diretoria em 2009-2010<sup>6</sup>.

Essa lacuna de espaços participativos só foi preenchida em 2016, em um processo já intensificado no ano anterior com a criação do Fórum “Que Parada Nós Queremos?” – reuniões abertas e anuais chamadas através do site da APOGLBT e das redes sociais para os movimentos terem mais visibilidade na escolha do tema e dos slogans<sup>7</sup>. No primeiro ano, o Fórum decidiu coletivamente que o formato de Parada que se deseja era mantendo a combinação  *festa e luta*. Os Grupos de Trabalho (GTs), que já vinham sendo pautados pelos movimentos, foram consolidados para a 20ª Parada em 2016 e, hoje, são a principal forma de participação deles na organização da temática do ano — o debate mais acirrado internamente.

Por outro lado, a visão de militantes e movimentos sociais sobre a efetividade de deliberação desse modelo é baixa. Para Gustavo Bonfiglioli, a partir da sua

<sup>6</sup> Informação concedida em entrevista por Nelson Matias, em 26 de fevereiro de 2021.

<sup>7</sup> O nome de uma edição da Parada, por exemplo, “Poder para LGBT: Nosso voto, nossa voz” (2018) se chama slogan, e o tema é uma espécie de “categoria temática” maior, por exemplo “Eleições” (2018), mas por ser mais prático e popular o slogan é sempre chamado de tema.

experiência na organização de 2018, tanto as decisões sobre o tema como aquelas tomadas dentro dos GTs estão suscetíveis a posturas corporativistas e antidemocráticas da APOGLBT:

Por muito tempo, o coletivo de pessoas que vivem com HIV teve a demanda de o tema da Parada ser sobre HIV. Aí foi chamada uma reunião que os movimentos de HIV não tavam e foi votado o tema ‘Eleições’, e isso já gerou uma mega tensão. [...] A Revolta criou o slogan “Poder para LGBT”, para falar de representatividade LGBT na Política. Todos os movimentos sociais que estavam ali se aliaram para votar esse tema, e o tema ganhou. Vencemos, ficamos felizes. Aí aconteceu uma manobra para se chamar uma reunião extraordinária em que fosse revotado o tema, ou seja, um minigolpe. [...] A gente descobriu que teria essa reunião e fez um escândalo no grupo de Whatsapp da articulação da Parada 2018, e as pessoas da associação começaram a ficar putas falando que a gente não tinha o direito de interferir na autonomia da instituição, ou seja, democracia até o momento em que a autonomia da instituição decide o que é democracia. [...] Foi o slogan. Mas teve uma série de tentativas da associação de derrubar o slogan eleito democraticamente. (entrevista concedida em 21 de fevereiro de 2021)

Nesse episódio, após a escolha do tema e do slogan, foram formados os GTs. Para Gustavo, esse processo evidenciou que a participação pode estar suscetível, além de posturas corporativistas e antidemocráticas, à priorização do interesse dos patrocinadores:

Eu tava no GT de Comunicação e Estratégia e tava lá também um editor de uma revista gay. Naquele momento eu estava representando a Revolta da Lâmpada, e ele atuava como “advogado do diabo” ali, basicamente questionava tudo e a associação tendia sempre a concordar com ele, e aí de repente uma coisa que tinha sido atribuída pra mim passou a ser atribuída a ele. [...] E sempre o que eu ouvia era “Ai, Gustavo, você é da Revolta da Lâmpada, você acha que a AMBEV patrocinaria a Revolta da Lâmpada?”, e eu “Não, não patrocinaria, mas eu não to aqui numa estratégia da Revolta, eu to aqui criando uma estratégia pra Parada”. (entrevista concedida em 21 de fevereiro de 2021)

Diego Veiga aponta também que há enorme dificuldade de articular os GTs e a Diretoria:

Para você ter ideia, a gente ficou meses esperando uma reunião com a Diretoria. Meses, meses. E aí a gente falou “tchau, beijos”. Na verdade, a gente nem falou “tchau”, porque não teve a reunião para falar “tchau” [...] Existe uma boa intenção, senão já tinha acabado, eles não são obrigados a ter Grupo de Trabalho, entende? Mas eles não conseguem lidar, eles têm muita coisa para fazer. (entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2021)



Existe um único ponto de convergência entre os entrevistados sobre a forma de participação: os espaços participativos, abertos para associados e não-associados, não são instituídos em outras associações. Nelson Matias aponta explicitamente:

A gente sempre procurou manter a horizontalidade das discussões, seja internamente ou externamente, tanto que assim...Eu poderia simplesmente dizer o seguinte: “Ta bom, você não é associado, e a gente só vai fazer a discussão com quem é associado”..Mas a gente não faz isso, a gente chama a sociedade como um todo, associado ou não. [...] Porque você tem instituições hoje, principalmente LGBT, que se você pegar no papel, poucas têm um grupo tão diverso. (entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2021)

Porém, quando essa tentativa de garantir a plena participação do movimento entra em choque com a própria natureza burocrática e hierárquica da associação, é utilizado o poder institucional para tomar a decisão final, o que vai caracterizar o chamado “*pseudodemocratismo*” por Diego:

Existe um processo dentro da institucionalização que quase te impede das pessoas irem pra base. [...] só que o que é interessante: eles poderiam falar “to nem aí” e nem chamar a reunião, mas eles chamam a porra da reunião. Entende o paradoxo? Eles chamam reunião aberta, e eu que sempre quis participar do movimento LGBTQIAP+ e nunca consegui um lugar pro ativismo que não fosse construir o meu próprio coletivo, nunca vi isso, é raro ver. [...] Mas a questão principal pra mim é a hipocrisia, porque de verdade a Parada não é democrática, e quando eu entrei tinha esse pseudodemocratismo: “ah, vamos construir, vamo lá e tal”..Chamava as pessoas e, no máximo, você poderia ajudar a escolher o tema, mas ações que irradiam para o território eram quase que impedidas estruturalmente. (entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2021)

Esse “paradoxo” em que a APOGLBT tenta se manter como assembleísta e aberta para participantes sem experiência de ativismo — características da participação do grupo CORSA — pode ser explicado pelos “campos discursivos de ação” (ALVAREZ, 2014), nos quais os atores circulam por redes político-comunicativas, carregando linguagens, ideias, sentidos e visões de mundo. São as mesmas pessoas do CORSA que formaram a APOGLBT e estão até hoje no Conselho de Sócio-Fundadores, além da própria Parada nascer como um protesto de

movimentos sociais e consolidar a associação como um grupo mais aberto.

Por fim, isso não significa dizer que não existam “muros” entre os movimentos sociais e a APOGLBT, pois a partir de um olhar para as disputas formadas (ZANOLI, 2019), vemos os entrevistados reforçando a oposição entre eles já que há uma assimetria de poder durante a organização do evento com as limitações impostas à participação de militantes e movimentos sociais, que enfrentam agora posturas corporativistas e antidemocráticas, influência e/ou priorização dos interesses dos patrocinadores, além da sobrecarga de trabalho da Diretoria.

### **Limites e desafios de organização**

Para melhor compreender os desafios da organização da Parada, serão analisados os limites de atuação da APOGLBT à luz: do associativismo, da opinião dos entrevistados, e da comparação com a organização de outros megaeventos da cidade de São Paulo.

### **À luz do associativismo**

A partir da década de 70, novas formas de fazer Política passaram a impactar principalmente as grandes cidades com novas concepções de organizações independentes do Estado, entre elas, o expressivo aumento do número de associações civis (AVRITZER; RECAMÁN; VENTURI, 2004: 12-13). As associações se inserem no universo das organizações da sociedade civil (OSCs)<sup>8</sup>, as quais passaram nas últimas décadas por significativas mudanças em diversas áreas para a sua

---

<sup>8</sup> O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), aprovado em 2014 através da Lei nº 13.019, estabeleceu regras mais claras para as relações de parceria entre OSCs e poder público, redefinindo também a categorização/nomenclatura das entidades, agora chamadas de “organizações da sociedade civil”.

operacionalização no país.

Mesmo tendo o Estado e o mercado como possíveis parceiros (ARMANI, 1999), as associações possuem desafios inerentes à sua constituição e missão, como: a ausência de obtenção de lucro como finalidade principal, o desempenho de difícil monitoramento, a responsabilidade perante financiadores de origens diversas, a inexistência de resultado financeiro para determinar prioridades e o trabalho voluntário (HUDSON, 1999). Desafios, estes, constantes na relação entre a APOGLBT e seus patrocinadores, já que a maior dependência reside justamente na transferência de recursos para a Parada, exprimindo o dilema clássico do impacto à implementação de suas atividades e políticas, principalmente de Direitos Humanos, quando há necessidade de captar recursos oficiais e duradouros.

Ainda que o Estado pudesse instituir fundos oficiais ou repasses diretos às organizações para expandir suas atividades, áreas importantes das organizações que não se encaixam com o objetivo dos financiadores podem desaparecer, possivelmente levando-as a realizar apenas o que atrai enormes repasses de dinheiro, deixando de lado outros aspectos de sua missão (EDWARDS e HULME, 1998). A própria natureza do trabalho das organizações — qualitativo e pontual — estabelece o centro deste conflito, já que há enorme dificuldade de mensuração dos resultados quando seu objetivo é “empoderamento” (EDWARDS e HULME, 1998: 16), isto é, o fortalecimento de grupos marginalizados, como é o caso da APOGLBT.

Do ponto de vista interno à organização, existe também um dilema político na *accountability* (“responsabilização”)<sup>9</sup>. Se o objetivo maior é realmente “empoderar” um grupo ou uma definida população, estimular mecanismos de transparência pode fazer, na melhor das hipóteses, com que interesses velados passem a ter conhecimento sobre o que está sendo implementado na organização e se coloquem contra essas

---

<sup>9</sup> Não existe um único termo em português para o conceito de *accountability*, sendo geralmente entendida como “a necessidade da responsabilização permanente dos indivíduos e instituições no que se refere aos seus desempenhos como detentores de poder” (XAVIER, 2011: 2)

ações; na pior das hipóteses, haverá uma quebra de contrato ou até o fechamento da organização se esta for considerada “subversiva” (EDWARDS e HULME, 1998: 16).

Não podemos olhar para este fator como meramente ideológico ou abstrato. A definição da agenda do movimento permite que as demandas sociais sejam expostas publicamente, logo, os doadores têm grande interesse, poder e influência na agenda do donatário e seu poder pode ser facilmente percebido na decisão de financiar um tema ou público-alvo específico em detrimento de outro (FALCONER e VILELA, 2001). O problema se agrava quando há estruturalmente uma falha das organizações da sociedade civil na América Latina, devido à dificuldade dos movimentos sociais se estabelecerem nesse setor de disputa política, em desenvolver mecanismos de participação para o debate interno e de tomada de decisões (EDWARDS e HULME, 1998).

Por outro lado, ainda que a estrutura das associações seja limitante para transformar por completo a realidade de um grupo marginalizado, as práticas associativas desenvolvem um processo pedagógico sobre as políticas públicas. A pesquisa sobre o associativismo paulistano, organizada na obra “A Participação em São Paulo” em 2004, aponta que o nível de conhecimento sobre programas sociais da Prefeitura de São Paulo é cerca de 10% maior entre os paulistanos participantes de associações do que os não-participantes (RICCI, 2004: 92-93).

Podemos então entender que o maior obstáculo à execução de atividades contínuas das associações civis é a dependência de financiamento permanentes, no qual as ações com maior poder de captação de recursos acabam sendo priorizadas. Caso o combate à segregação dos grupos atendidos seja contrário ao interesse dos financiadores, podem acontecer disputas sobre as ações ou até mesmo o encerramento do trabalho. Ao mesmo tempo, são proporcionadas maiores informações acerca das políticas públicas a seus participantes.

Portanto, a discussão sobre a atual organização da Parada deve levar em conta

tanto o espaço limitado de atuação da APOGLBT como também a sua devida importância no processo de formação política da população LGBT e, em especial, da expansão da Parada, para que esse seja um processo pedagógico entre os movimentos e a associação, e não uma ruptura autoritária com as formas de participação e organização do evento.

### **À luz dos entrevistados**

A partir das entrevistas, o primeiro ponto de destaque sobre os limites e desafios da organização é que o processo “paradoxal” de transformação do grupo CORSA levou a uma lenta expansão da APOGLBT, que não conseguia remunerar cargos de Diretoria e aprofundar a institucionalização. Sobre esse aspecto, Diego reitera:

A associação ela travou em um lugar, porque tem associações que se burocratizam num nível que tem departamentos, que ganham, vira um conglomerado. A associação da Parada virou nada, ficou em um lugar estagnado, que não vai nem em um ativismo de base, nem pra uma organização monstra (que envolve milhões e poderia ser uma associação monstra), mas é todo mundo voluntário. [...] Pode ser visto também como um processo de resistência, a uma não institucionalização não muito grande, muito estruturada e tal. (entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2021)

Durante 20 anos, todos da associação trabalhavam voluntariamente, inclusive em cargos de Direção. De acordo com Nelson Matias, com a entrada do patrocínio da Skol em 2016, foi possível remunerar 1 ou 2 pessoas e se “profissionalizar”, confirmando os desafios intrínsecos entre a captação de recursos duradouros e a expansão de suas atividades:

Se eu não tenho recurso dentro de um sistema capitalista, não rola, eu não consigo contratar [...] Para profissionalizar, eu preciso de recursos, mas como sem um número de associados suficiente e muito menos patrocínio? O patrocínio sempre foi um problema pra gente, agora que muito recentemente a gente conseguiu ter grandes patrocínios quando vem a Skol e abre a porta para outros, que até então cansei de ir com pastinha de

baixo de braço, de porta em porta, até no Rio de Janeiro atrás de empresas que só falavam ‘Ah...Não dá...Não tem...’. (entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2021)

A APOGLBT não dispõe hoje de grandes recursos próprios, pois os patrocínios das grandes empresas são essencialmente para a colocar a Parada na rua. Um trio elétrico completo custa atualmente cerca de R\$ 50 mil, já tendo chegado a 22 trios em uma edição<sup>10</sup>. Os ativistas entrevistados enxergam, no entanto, um prejudicial aumento da distância entre os próprios LGBTs na Parada e a lógica de consumo colocada nos trios; nas palavras de Gustavo, um “*american dream LGBT*” inalcançável:

No mundo que a gente vive faz sentido ser o que ela é, mas nem tanto entregue às engrenagens do consumo e dessa aspiração do que é aqueles corpos bombados em cima do carro, todas aquelas montações muito caras em cima do carro, essa aspiração - e to falando de uma camada mais subjetiva - da bixa que você não vai ser, da drag mais carésima e chique com os looks mais bafos que você não vai ter, é muito hierarquizado, ela tá muito embricada com a lógica do consumo e meio que de um *american dream LGBT*. E eu acho que precisa ser de outra forma, e pra ser de outra forma, precisa mudar a estrutura que ela é feita. (entrevista concedida em 21 de fevereiro de 2021)

Do outro lado, existe a participação do Estado na organização, mas que foi pautada, segundo Nelson, pela vontade de “controlar as massas”, resultando inclusive na formação da APOGLBT enquanto associação suprapartidária:

Controlar as massas é sempre o sonho do Estado, né, e às vezes ele usa pessoas para fazer isso [...] Tanto que a gente nasce como associação suprapartidária; tem a Presidente do PT, tem gente que é do PSDB, tem gente que não é porra nenhuma, então a gente vai discutir Política mas sem o viés partidário. (entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2021)

Para ele, tanto as gestões de direita como de esquerda na Prefeitura de São Paulo tentaram tomar para si o evento. Dois exemplos dessa tentativa de cooptação ocorreram em 2015, na gestão Haddad (PT), e em 2017, na gestão Dória (PSDB):

Em 2015, durante a gestão Haddad, a Prefeitura, através do seu coordenador, começou a

---

<sup>10</sup> Informação concedida em entrevista por Nelson Matias, em 26 de fevereiro de 2021

chamar reuniões com os movimentos e tava combinado pra não chamar a associação. Isso se chama o que? Tentativa de tomar um evento que não lhe pertence. Aí a gente foi pra cima, fez articulação com os movimentos [...] A Prefeitura pode até participar, tanto que várias vezes eu convidei o próprio Alessandro e ele não ia nas reuniões que a gente discutia a própria Parada.

Durante a gestão Dória, eles fizeram um edital de convocação pra captar pra Parada. Eu falei ‘Oi? Como assim a Prefeitura vai fazer um edital? Não é prerrogativa de vocês’ [...] Um edital chamando as empresas, inclusive as que a gente já estava fazendo acordo, aí as empresas ligaram pra gente e falaram ‘escuta, quem organiza a Parada? Vocês ou a Prefeitura? Porque a Prefeitura tá dizendo que são eles’ [...] Aí a gente foi pra cima com esses grupos, aí fomos pra uma audiência com o Dória, e ele ‘Ah, foi um mal entendido’. Mal entendido com um decreto? (entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2021)

Hoje, a relação entre a APOGLBT e a Prefeitura é regida unicamente pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Ele foi imposto em 2006 (após 10 anos de Parada) pelo Ministério Público, com apoio da Prefeitura, e não havia nenhuma representação coletiva formalizada. Para Nelson, era também um sinal de “homofobia internalizada” do Estado, que não queria aplicar a mesma medida para outros eventos na Avenida Paulista:

E aí foi uma briga, assina, não assina, se não assinar não sai...E aí eu falei “Ta bom, eu assino o documento se o senhor disser que nenhum evento mais vai acontecer na Paulista, e eu to falando da São Silvestre, do Reveillon..”, e ele ‘Ah, mas esses daí já são eventos consolidados’, e eu ‘Nós também já somos um evento consolidado.’ [...] Ele teve a pachorra de sugerir pra gente ir sabe aonde? Pra Jacu Pêssego. Sabe assim, é querer tentar tirar você do mapa. Eles disseram ‘é, depois vão dizer que a gente ta sendo homofóbico’..Sabe, é aquela homofobia internalizada, que o cara não acha que é homofobia na cabeça dele, mas é homofobia, porque quando ele tenta tirar você de um espaço seu, construído e de referência [...] E aí a gente bateu e bateu e conseguiu ficar. A gente teve que assinar a merda do TAC, e a gente assinar essa porra até agora, um TAC leonino, a própria Prefeitura acabou colocando coisas que ela queria. (entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2021)

A relação pautada em um documento arbitrário e autoritário é sintoma, assim, da falta de diálogo com a sociedade acerca da Parada. Entre 3 e 4 meses antes do evento, a Prefeitura faz um decreto e uma reunião estipulando as secretarias participantes junto à associação para organizar o evento — medida insuficiente para Nelson:

Não há uma participação nas discussões com a população, ela tem uma discussão com a associação. Como que ela faz? Quando tá chegando mais ou menos 3, 4 meses pra Parada, o Prefeito faz um decreto dizendo quais secretarias que vão participar junto com a associação para a organização do evento. [...] E aí é feita uma reunião de trabalho de como vai se organizar o evento e de que forma pra cada um. É só isso que ocorre. (entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2021)

Por fim, apesar dos limites estruturais de organização da APOGLBT, os depoimentos enfatizam que a associação cumpriu o papel essencial de expandir a Parada e moldar a sua importância frente aos demais eventos. Gustavo pontua:

Eu até acho que dá pra ser uma associação melhor, mas eu acho que é um problema mesmo da própria ideia de associação. Ao mesmo tempo, é isso, não dá para ser uma Parada independente e ter o alcance que a Parada tem sem uma associação, estando vinculada a uma máquina pública, então a gente tem que negociar com isso. Eu não acho que é sobre o caso de não ser mais uma associação, porque não dá para não ser uma associação, talvez dê no futuro, mas agora não dê. (entrevista concedida em 21 de fevereiro de 2021)

Diego também reconhece que, além da importância da articulação com órgãos públicos e privados, a APOGLBT conseguiu transformar a Parada em algo que ninguém mais conseguiu, um megaevento capaz de se colocar como um núcleo atrativo para novas pessoas:

Ao mesmo tempo, a Parada (APOGLBT) conseguiu algo que é muito raro de se ver. Por exemplo, vou comparar com a Marcha das Mulheres: a Marcha envolve muita gente – e muita gente organizada -, muitas mulheres incríveis, é enorme, mas ao mesmo tempo quem vai pra Marcha das Mulheres são pessoas que já são ativistas. Para a Parada, vão pessoas que não são, e os movimentos sociais até hoje não conseguiram fazer isso. (entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2021)

Fica nítido que a atuação da APOGLBT na organização da Parada é limitada tanto por fatores internos como externos. Contratar mais profissionais poderia levar à melhor execução das atividades da associação, ao passo que os canais de participação com os movimentos devem ser aprofundados e institucionalizados. O ponto crítico está na relação com a prefeitura, baseada hoje na tentativa de cooptação, e na consequente



predominância das grandes empresas no evento. Apesar disso, a consolidação da Parada enquanto um megaevento só foi possível pelo trabalho da APOGLBT, mérito valorizado pelos ativistas.

Em consequência de ter se estabelecido como uma multidão nas ruas, será analisada a organização de outros megaeventos da cidade de São Paulo a fim de entender qual tem sido o papel e a relação da Prefeitura com eles, além dos desafios e avanços para a ocupação do espaço público.

### **À luz dos megaeventos na cidade**

A Parada do Orgulho LGBT de São Paulo é hoje o terceiro maior megaevento de ocupação do espaço público na cidade, atrás apenas do Carnaval de Rua e da Virada Cultural, respectivamente. Inseridos no período da “retomada do espaço público” em São Paulo após a virada do século XXI, os megaeventos são parte do fenômeno no qual “a cidade estaria sendo reclamada de volta por seus habitantes” (CALLIARI, 2016: 166). O contexto de surgimento, o papel dos atores envolvidos na organização e as transformações com a expansão do público nos fornecem aspectos decisivos para entender a atual relação com a Prefeitura de São Paulo.

O Carnaval de Rua é o maior evento de rua na cidade e, até 2013, era pouco expressivo e reconhecido pela Prefeitura. A janela de oportunidade encontrada pelos representantes de blocos paulistanos na gestão Haddad (PT), após a luta pela consolidação de uma política pública - o “Manifesto Carnavalista” -, levou à formação de um Grupo de Trabalho (GT) responsável por criá-la, contando com ampla participação popular e representação dos blocos. Assim, o Carnaval seguinte, de 2014, já passou a contar com regulamentação própria, o Decreto 54.815 (atual Decreto 58.857/2019). A Prefeitura deixou de estar à margem da organização para agora se apresentar “como um dos agentes envolvidos no carnaval, assim como os

blocos carnavalescos, os foliões e a iniciativa privada” (TEIXEIRA, 2019: 15).

Em segundo lugar, a Virada Cultural surgiu promovida pela prefeitura e autoridades da Ilha de França em 2005 durante a gestão José Serra (PSDB), o que conferiu ao Estado todo processo de organização da política pública desde o início, realizando a curadoria de todo o evento, negociando os contratos com os artistas e fazendo a coordenação operacional no dia (ZARPELON, 2013). Em 2013, a Prefeitura passou a escolher uma comissão colegiada, que deve selecionar 80% das atrações a partir de chamamento público e, no mesmo ano, a Câmara de Vereadores inseriu a Virada Cultural no Calendário Oficial com a Lei 15.793/2013. Além disso, há maior descentralização com atrações nas periferias, nos Centros Educacionais Unificados (CEUs) e em equipamentos públicos estaduais (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2019; 2013; 2016).

A sociedade civil, os representantes de movimentos sociais e os participantes em geral enxergam ainda muitos desafios na organização dos megaeventos. O maior poder conferido ao Estado pode ser danoso se utilizado por interesses privados opostos aos da população<sup>11</sup>.

No entanto, por mais que a relação entre a Prefeitura de São Paulo e os maiores megaeventos da cidade seja completamente diferente uma da outra, não havendo um padrão de ação estatal para além da garantia de infraestrutura, fica evidente que não há qualquer envolvimento direto da Prefeitura na organização da Parada nem uma relação de parceria positiva aos movimentos sociais e à APOGLBT, enquanto para os outros megaeventos sim. Enquanto a relação é estabelecida exclusivamente pela imposição do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com o financiamento de apenas R\$ 1,5 milhão para estrutura e 5 trios para a própria Prefeitura no percurso, para o Carnaval de Rua e a Virada Cultural são feitas Parcerias Público-Privadas

---

<sup>11</sup> Para melhor entendimento sobre os desafios na organização do Carnaval de Rua ver (TEIXEIRA, 2019) e da Virada Cultural ver (CANDIDO e CARVALHO, 2018).

(PPP). A própria inclusão tardia no Calendário Oficial da cidade somente na 20ª edição da Parada, mesmo sendo o megaevento mais antigo, enquanto o Carnaval Paulistano esteve desde o surgimento da lei (Nº 14.485/2007) e a Virada Cultural desde a 9ª edição, simbolizam a exclusão nas políticas públicas municipais.

O comportamento da Prefeitura de São Paulo frente à Parada pode, assim, ser caracterizado como omissivo. A omissão é senão um dos pilares da LGBTfobia das instituições brasileiras pois não há um reconhecimento de que esse é um problema político, já que não somos “reconhecidos como merecedores da atenção do Estado na qualidade de cidadãos, dotados da mesma humanidade” (JUNQUEIRA e PRADO, 2011: 58). Os dados da pesquisa “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil”, da Fundação Perseu Abramo, reforçam essa constatação: 70% dos brasileiros questionados se “os governos deveriam ter a obrigação de combater a discriminação contra homossexuais” responderam que “isso é um problema que as pessoas têm de resolver entre elas” (FPA, 2011). Para Nelson Matias, essa omissão existe pois a Prefeitura não se promove com a Parada, diferente dos demais megaeventos:

Tanto nesse evento da Virada e no próprio bloco de Carnaval, ela tem poder absoluto, enquanto protagonista. É lógico que você vai enaltecer aquilo que dá o seu nome. Na Parada, não. Ela tem que dividir de certa forma com a gente. Inclusive as tentativas de tomar a Parada da gente é por conta que você quer ter isso, porque a partir do momento que ela tomar um dia a Parada da associação, ela vai fazer isso, porque vai ser dela, não mais do movimento. (entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2021).

Conclui-se que as experiências do Carnaval de Rua e da Virada Cultural sugerem avanços na garantia do interesse popular a partir de arranjos participativos entre a prefeitura e os movimentos organizados, bem como apontam à maior descentralização do evento se houver boa articulação com o poder público. Por outro lado, o controle absoluto sobre os megaeventos nas mãos da prefeitura — e do mercado — pode levar à usurpação do evento, retirando os interesses populares. No caso da Parada, existe também uma omissão, um *não reconhecimento*, enquanto

política pública igualmente prejudicial. O município de São Paulo se beneficia sobretudo financeiramente dela, mas não devolve aos responsáveis na mesma moeda e, por isso, é necessário entender quais mecanismos de participação popular poderiam reverter esse quadro.

### **Participação popular: pensando outras formas de poder**

A participação popular é o poder dotado a grupos e aos cidadãos para se relacionar, atuar e influenciar diretamente nas decisões do Estado e no controle da Administração Pública (DI PIETRO, 1993), disputando cada vez mais os espaços das políticas públicas do Estado Democrático de Direito após as crises do liberalismo no início do século XX (MUÑOZ, 2015). Enquanto um mecanismo inserido na democracia representativa, a participação popular entra em conflito com o modelo de representação de poder, ainda que na prática existam características complementares. A representação pressupõe a escolha de uma pessoa e a delegação de poder, geralmente através das eleições; logo, esse representante é quem detém o poder da tomada de decisões. Já, a participação, estabelece agora que “as decisões políticas devem ser tomadas por aqueles que estarão submetidos a elas, por meio do debate público.” (LUCHMANN, 2008: 89)

A luta pela garantia do interesse popular visa, assim, a reduzir as desigualdades de poder entre as classes dominantes do Estado capitalista e “os setores tradicionalmente excluídos do processo de formulação e gestão das políticas públicas para, com isso, torná-las mais abertas às reais demandas da população e ao controle social” (COELHO e VERÍSSIMO, 2004: 106). É possível argumentar que esses mecanismos não vão extinguir por completo as desigualdades de poder intrínsecas ao sistema, já que não resultam por conta própria na superação dele, mas devem ser parte da mesma luta pois “é na originalidade das novas formas de experimentação

institucional que podem estar os potenciais emancipatórios ainda presentes nas sociedades contemporâneas” (AVRITZER e SOUSA, 2002: 77).

No Brasil, essa disputa se intensificou justamente durante um dos maiores períodos de supressão da participação no país: a Ditadura Militar de 1964. Somente com a batalha travada pelos movimentos sociais e partidos de esquerda<sup>12</sup> por uma nova cultura política participativa foi possível conquistar, dentre tantos avanços, o Sistema Único de Saúde (SUS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o reconhecimento da função social da propriedade (ROCHA, 2008: 136).

A participação direta da população nas políticas públicas requer, então, instâncias e mecanismos necessários à efetivação do direito, como orçamentos participativos, conselhos municipais, conferências, audiências e consultas públicas. Ainda que não estejam no escopo deste trabalho, a Constituição prevê no Artigo 14º a “soberania popular” no Legislativo através do plebiscito, referendo e projetos de iniciativa popular (BRASIL, 1988). No entanto, as dificuldades do país em enraizar a participação popular perpassam por todo o sistema político, econômico e social.

A sociedade civil, constantemente violada pela experiência política brasileira autoritária e excludente, carece de mediação sólida com o Estado feita pelos partidos políticos, enfrentando também altos índices de desigualdade social ocasionados pela elevada concentração de renda, e se depara com práticas clientelistas, corporativistas e de corrupção institucional generalizada (BAQUERO, 2001: 98). Os instrumentos necessários à construção democrática, como o papel da mídia e dos meios de comunicação, “estavam ausentes, ou funcionavam de maneira precária ou com predisposições ideológicas determinadas” (BAQUERO, 2001: 100). A participação fica refém, assim, das práticas da burocracia pública, que cria resistências na

---

<sup>12</sup> Para melhor entendimento sobre o processo de luta dos movimentos sociais na Assembleia Nacional Constituinte de 1987 à 1988, ver BRANDÃO, 2011.

promoção de um espaço participativo, desenvolve uma “rede de racionalizações e mitos” sobre os riscos e impactos negativos de sua adoção, obstrui a efetiva participação, desestimula e oferece baixos incentivos ao interesse da população beneficiária; além de que a própria burocracia não tem a capacitação necessária e muitas vezes sequer dispõe dos instrumentos técnicos exigidos à sua efetivação, levando à sobrecarga de trabalho aos seus funcionários (KLIKSBERG, 1997: 144).

Os frequentes problemas econômicos internos também não são solucionados devido ao forte monitoramento de bancos internacionais (como o FMI e o Banco Mundial) sobre o orçamento público brasileiro, fazendo com que o Governo Federal imponha um rígido controle fiscal que impacta estados e municípios; assim, as reivindicações de entidades populares e setores organizados da sociedade civil sobre a alocação da verba pública são ignoradas (VALLA, 1998).

É importante ressaltar que, independente da subutilização das instâncias e dos mecanismos de participação popular, as políticas públicas já são marcadas pelas disputas de poder, sendo que a própria literatura já refuta o mito apenas burocrático delas, “idilicamente administrativo” (KLIKSBERG, 1997: 138). Então, em uma estrutura burocrática rígida, são produzidos espaços organizacionais incapazes de identificar pontos de articulação social, na qual a hierarquia tem levado, na verdade, ao agravamento de disputas por maiores competências e recursos (KLIKSBERG, 1997). Os recursos são finitos, as instituições apresentam suas limitações e a sociedade constantemente demanda políticas do Estado, criando um jogo marcado por assimetrias de poder. Os cidadãos e a sociedade civil, com mínimo espaço participativo e poder ainda menor na tomada de decisões, mantêm seus anseios políticos marginalizados.

Temos como identidade política brasileira, conseqüentemente, uma cultura híbrida, *ambivalente*: “de natureza difusa, de baixa orientação para consolidação de valores políticos” (RICCI, 2014: 67), com a mistura de valores democráticos e

antidemocráticos, dificultando a efetivação da participação popular até nos governos mais comprometidos com a sua institucionalização, que acabam por recuar quando não encontram instrumentos de gestão consolidados e precisam fazer maiores acordos políticos. Não conseguimos, assim, sequer superar a fase inicial de legitimação política dos instrumentos participativos. A força da cultura híbrida (ou ambivalente) não permitiu que as iniciativas *bem sucedidas* na gestão pública brasileira se espalhassem por todos os municípios, estando concentradas apenas em alguns, como, por exemplo, o caso do Orçamento Participativo em Porto Alegre<sup>13</sup>; são raras as experiências nos estados, em macrorregiões e a nível federal, e quase não existe informação sobre a cooperação entre todas as instâncias do governo (RICCI, 2004).

É este o caso das experiências difusas na cidade de São Paulo, onde as diversas formas de participação funcionam ao longo da História “como uma sanfona que se expande e se contrai” (AVRITZER; RECAMÁN; VENTURI, 2004: 46): existe um núcleo independente do Estado, mas que varia conforme as ações dele: quando as políticas públicas são excludentes se contrai, mas se expande quando suas reivindicações são institucionalizadas. A partir da década de 80, os movimentos sociais urbanos de São Paulo, como o Movimento Popular de Saúde (MOPS) e o movimento de saúde na Zona Leste, passaram a penetrar o poder, disputar as políticas públicas e alcançar resultados participativos, pois, diferente das associações e representações de bairro, “a capilaridade e a estrutura horizontalizada dos movimentos sociais pressupõem uma integração ao longo da cidade” (RICCI, 2004: p.75).

Se de início os movimentos possuíam um “ideário antiinstitucional” (RICCI, 2004: 60), marcado por processos de decisão direta, através de assembleias e plenárias — como era o grupo CORSA, é com a eleição de suas lideranças e

---

<sup>13</sup> Existem outros casos bem sucedidos no Brasil, como o OP de Belo Horizonte. Ainda assim, o de Porto Alegre se constitui como modelo exitoso de participação “de baixo para cima”, devido à força da sociedade civil e de políticos à esquerda (AVRITZER, 2008: 49)

assessores na virada da década de 80 para 90 que se abre um novo caminho para as alternativas de participação popular na administração pública de São Paulo. Ainda que presente em outros períodos, a participação popular no município de São Paulo foi aprofundada em três gestões principais — as três pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

O primeiro grande marco ocorreu com a eleição de Luiza Erundina e a instituição das “zonas de gestão popular” na cidade de São Paulo, com a criação de espaços que priorizassem investimentos sociais nas periferias e uma gestão transparente, participativa e inovadora, através de plenárias, fóruns, colegiados e consultas (RICCI, 2004: 69). A gestão Marta Suplicy foi a primeira e única a instituir o Orçamento Participativo na história da cidade, durante os 4 anos de mandato, além de implementar, a partir de 2002, 31 conselhos gestores<sup>14</sup> da saúde nas subprefeituras da cidade (COELHO e VERÍSSIMO, 2004: 107). Por último, a gestão Fernando Haddad implementou em 2014 o atual Plano Diretor Estratégico<sup>15</sup> do município, que contou com um intenso processo participativo — foram 114 encontros, mais de 10.000 contribuições e mais de 25.000 participantes em sua formulação —, ampliando as instâncias de participação popular e controle social específicos da cidade.

Entretanto, as experiências paulistanas não se enraizaram em uma política participativa contínua e institucionalizada. Não só porque as gestões seguintes, sob partidos de direita, descontinuaram o projeto, mas porque o próprio Partido dos Trabalhadores na cidade era influenciado por um grupo interno não participativo, enfrentando também uma sociedade civil historicamente desmobilizada e sem força

---

<sup>14</sup> Em 2000, eram 41 distritos de saúde (e 41 conselhos distritais). Em 2003, a Prefeitura reorganizou a cidade em 31 subprefeituras (e 31 conselhos gestores de saúde). COELHO e VERÍSSIMO utilizam a mesma nomenclatura para os dois períodos de forma a facilitar o entendimento da implementação da política.

<sup>15</sup> Para melhor entendimento sobre o Plano Diretor Estratégico (Lei Nº 16.050, de 31 de julho de 2014), ver estratégias ilustradas em (PDE, 2014).



para reivindicar políticas participativas. Para que sejam bem sucedidas, é necessário articular o desenho institucional, a mobilização da sociedade civil e a vontade política de implementação (AVRITZER, 2008).

### **Balanco Final**

Constata-se que a participação popular nunca foi estabelecida para os megaeventos na cidade. Essa seria uma experiência pioneira em São Paulo e no Brasil, principalmente no caso da Parada que historicamente não é reconhecida como política pública pela Prefeitura e sofreu diversas tentativas de cooptação ao longo das edições, tanto em governos de esquerda como de direita. Mas, antes de estabelecer em quais áreas a Prefeitura de São Paulo poderia atuar, é preciso definir se essa seria finalmente uma relação de parceria com os movimentos sociais e a APOGLBT, conforme colocado por Nelson:

Você tem que respeitar o movimento e a instituição que organiza. Qual é a relação? De cooptação ou parceria? Tanto que todo ano que chega um coordenador, todas as vezes eu liguei pra todos eles e falei ‘vamos marcar uma reunião?’, porque assim, se a gente conseguir fazer uma boa parceria, ganha o movimento social e ganha você enquanto gestor, mas infelizmente alguns não fazem isso. (entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2021)

Caso a relação fosse de *parceria*, a participação popular seria positiva se respondesse às demandas dos movimentos. Considerando a quantidade de dinheiro movimentada no município na última edição em 2019, de R\$ 403 milhões, e o aplicado, de R\$ 1,5 milhão para garantir apenas infraestrutura, há um enorme espaço para a comunidade LGBT debater e disputar múltiplas formas de retornar esse investimento ao evento e à ela própria. Em primeiro lugar, Diego explica que a Prefeitura poderia financiar os trios, as atrações e os outros eventos realizados pela APOGLBT, sobretudo a Feira da Diversidade, que ficam cada vez mais reféns do interesse das empresas e de decisões da associação:

O poder público ele tá se ausentando de um financiamento de algo muito interessante e colocando espaço das empresas, então o poder público poderia financiar os trios elétricos, por exemplo. [...] As apresentações, os shows.[...] A Feira da Diversidade, por exemplo, é um espaço muito interessante que o poder público poderia ajudar, porque todas as ONGs, igrejas, tudo tá lá. Tá com seu stand, e a gente consegue ter um retrato do movimento do que tá mais proeminente - claro, ali. Você consegue falar com um monte de associação e poderia falar “eu quero ajudar você, como que eu faço? Como que eu faço pra entrar?” Isso não existe no movimento feminista, isso não existe no movimento negro, e sabe o que a associação fala? ‘Eu acho que tem que acabar, porque ela dá mais custo do que ganho’ — e eu to falando de dinheiro. (entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2021)

Além disso, com essa quantidade volumosa de dinheiro, Gustavo é enfático sobre a possibilidade de investir não somente na Parada e outros eventos, mas também de dar uma contrapartida aos movimentos, que poderiam tocar projetos sociais à comunidade LGBT:

Eu acho que tem que ter uma relação direta entre a arrecadação da Parada e a contrapartida, e isso também deveria ser uma coisa a ser definida nessas audiências públicas, reuniões, encontros entre as coletividades LGBTs da cidade. Chegar pro poder público e falar “Olha, é 400 milhões? A gente quer 40% pelo menos”, sabe? 40% em projetos voltados para a nossa comunidade, e a gente pode até fazer os projetos, tá tudo certo, a gente tá louca pra fazer isso! E a gente vai fazer isso com eles, então a gente só quer o dinheiro. (entrevista concedida em 21 de fevereiro de 2021)

Nelson também enxerga o potencial de aplicar esses recursos tanto na Parada como em ações voltadas para a comunidade e até mesmo na Secretaria de Direitos Humanos:

Se eu to trazendo recursos pra cidade, aí caberia audiências públicas pras pessoas poderem opinar, aí essa provocação seria bastante interessante e pró-ativa. [...] Porque na verdade o que que a Prefeitura deveria fazer? É eleger os conselheiros LGBT, elegeu agora que já tava há um bom tempo sem ninguém. É esse Conselho que vai fazer esse papel pras audiências públicas, porque em tese é ele quem vai ver as necessidades que o movimento precisa e fazer a provocação pra que tenha audiência pública e as pessoas participem. [...] A audiência vai poder dizer “eu quero mais aporte pra Parada, eu quero que a Prefeitura faça mais investimentos na mesma grandeza que ela faz pro Carnaval ou pra Fórmula 1, a gente quer que desse dinheiro tenha capacidade de X por cento para ações voltadas à comunidade LGBT ou para a Secretaria de Direitos Humanos”, aí a audiência pública dá à Prefeitura a possibilidade de agilizar esse processo. (entrevista

concedida em 26 de fevereiro de 2021)

Dessa maneira, as audiências públicas e o orçamento participativo relacionados ao financiamento e aos recursos econômicos do evento configuram os instrumentos de participação popular com maior potencial a serem adotados na organização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, dialogando também com as principais demandas da comunidade canalizadas nos gestores do Conselho Municipal LGBT. Incluir, pela primeira vez, o poder de alocação de recursos da Parada pelas decisões dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil ampliaria o “movimento da sanfona da participação” em São Paulo, como foi a experiência paulistana do Orçamento Participativo (AVRITZER; RECAMÁN; VENTURI, 2004: 53)

No primeiro ano de Orçamento Participativo em São Paulo, a população paulistana movimentou e deliberou diretamente sobre R\$ 481 milhões da cidade; no segundo ano, sobre R\$ 662 milhões. Os valores são extremamente significativos, não somente porque 84% do orçamento da cidade já estava engessado para Educação, Saúde e folha de pagamento, mas porque representam valores próximos e maiores do que o movimentado pela Parada. Em relação ao nível de escolaridade dos participantes das assembleias do Orçamento Participativo de 2002, os dados mostram que 62% do público possuía até o 2º grau completo, Ensino Fundamental II, 5ª a 8ª séries, e Ensino Médio. Apenas 9% possuíam ensino universitário (DIAS, 2006). Ainda que não seja possível comparar hoje esse formato em megaeventos, podemos projetar grandes avanços com a participação da população LGBT marginalizada e frequentemente excluída de processos decisórios.

Confrontando a capacidade deliberativa dos formatos de participação, aproximadamente metade dos participantes de associações paulistas (48%) (AVRITZER; RECAMÁN; VENTURI, 2004: 25) argumentam não participar das principais decisões da organização, enquanto a maior parte dos delegados e

conselheiros (90%) do Orçamento Participativo de São Paulo em 2001 afirmaram ter autoridade para estipular regras e deliberar sobre políticas específicas, indicando “a transformação da participação de um instrumento informal que pressiona as autoridades em busca de decisões políticas para uma esfera formal de deliberação pública, no qual os atores sociais discutem regras e políticas” (AVRITZER; RECAMÁN; VENTURI, 2004: 54).

É importante ressaltar que o Orçamento Participativo é considerado a política participativa mais democratizante e distributiva, mas é também a mais dependente da vontade dos políticos (AVRITZER, 2008). Antes da descontinuidade da política pela gestão seguinte, de José Serra (PSDB), a própria prefeita Marta Suplicy não envolvia seu gabinete, e algumas secretarias decidiram implementar suas próprias prioridades e não o que fora decidido (DIAS, 2006). Por isso, Diego pontua que as políticas precisariam ser efetivas para os movimentos:

Dentro de um orçamento participativo, você estaria à mercê de quem está gerindo a Prefeitura, e isso muda o tempo inteiro, só se você tivesse um processo de lei que colocasse como o orçamento participativo, e mesmo assim muito bem amparada, para que só o movimento pudesse agir. (entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2021)

As audiências públicas são largamente mais utilizadas no Brasil do que os Orçamentos Participativos e, apesar de não terem o mesmo caráter democratizante e distributivo, dependem menos da vontade dos governantes. A efetividade da participação poderia ser garantida, assim, com a previsão de atos normativos, estabelecimento do escopo da audiência, infraestrutura adequada, neutralidade do mediador, metodologias adequadas e capacidade institucional existente (IPEA, 2013). Embora esse modelo acabe por engessar a participação, o fato de ser pontual e não permanente, voltada a um processo decisório decisivo, também se encaixaria com o formato da Parada.

Por outro lado, a aproximação com a Prefeitura de São Paulo pode ser

extremamente prejudicial à autonomia da Parada se passar a incluir em processos de políticas públicas decisões centrais do evento, como os temas e às reivindicações sociais levadas anualmente, ainda que com mecanismos participativos. Como já explicado anteriormente, os movimentos e a associação concordam que o Estado pode tomar para si o evento. Nelson reitera que mesmo consultas públicas poderiam ser usurpadas pela Prefeitura:

O que me preocupa é com que intenção a Prefeitura vai fazer, por exemplo, chamadas públicas para o tema da Parada. Ela quer tomar o movimento ou realmente ser parceira? A Prefeitura não tem que interferir no tema que vamos escolher, nas ações que os grupos vão fazer, como que a gente vai fazer, se a gente vai levar faixa... Isso é do movimento. [...] Sempre houve e sempre haverá uma tentativa do poder público de se apropriar de eventos dessa grandeza, porque imagina isso na mão de poucas pessoas, olha o poder que você tem de estar falando com milhares de pessoas, usar isso politicamente ou da forma que você queira. (entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2021)

Repensar o formato de participação da Parada, independente de qual seja, necessita de maior mobilização dos movimentos sociais fora de espaços institucionais — hoje extremamente deficitária. O primeiro passo seria justamente partir da estaca zero: reunião e organização. Gustavo sugere que sejam mapeados todos os coletivos, organizações, casas de acolhimento e ativistas da cidade:

Antes de a gente pensar num formato em que os movimentos sociais se adequem, acho que a primeira coisa que tem que ser feita é uma reunião inicial que mapeie vários movimentos sociais LGBT da cidade, convida tipo um novo marco ‘a gente vai mudar completamente como a gente faz a Parada’, então vai ter essa grande reunião que a gente mapeia todos os coletivos, organizações, casas de acolhimento, ativistas LGBTs da cidade e esse mapeamento pode ser feito pelos próprios ativistas tipo ‘mapeiem isso, organizem isso e mandem uma lista de quem vem’, e aí nessa reunião se decide qual é o formato, entendeu? [...] Às vezes a gente quer vim primeiro com a moldura pra depois colocar o quadro, tem que primeiro entender qual é o quadro, quem são os movimentos sociais que tão interessados em organizar a Parada. (entrevista concedida em 21 de fevereiro de 2021)

Para ele, a Prefeitura até poderia auxiliar nesse processo, desde que fornecendo estrutura, e não impondo a comunidade LGBT à submissão de leis (“*law*

*enforcement*”):

Eu acho que precisaria do poder público e de associações pra oferecer estrutura e não *law enforcement*, tipo ‘a gente tem um espaço, organizou aqui esse app em que vocês vão poder submeter todos os coletivos, a gente investiu uma grana com plano de comunicação enorme com um chamado aberto pra todos esses coletivos, estrutura, dinheiro, não tomada de decisão. (entrevista concedida em 21 de fevereiro de 2021)

Compartilhando a necessidade do movimento LGBT se articular, Diego propõe a criação de um Fórum LGBT, inexistente hoje, que tivesse um regimento interno garantindo representatividade e participação conforme o tempo de construção no movimento, já que “organizar se aprende organizando, andar se aprende andando”:

Eu começaria com um fórum do movimento com representatividade, com regimento interno muito bonitinho, colocando que só pode participar com algum tempo das deliberações, com tempo de reuniões. [...] O nosso movimento tem muita dificuldade de se organizar, tem aquela coisa muito individualista, guerra das letrinhas. [...] Não existe outra maneira: organizar se aprende organizando, andar se aprende andando, só que aí todo mundo tem que ter essa perspectiva, a gente vai errar e a gente vai aprender. (entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2021)

Mesmo com significativas conquistas sociais que novos canais de participação popular possam trazer à organização da Parada, as disputas intrínsecas ao Estado capitalista na organização da Parada não serão superadas. Diego expressa essa dicotomia entre uma Parada “engessada” pelo Estado, mas com grande potência e recursos, e uma Parada “fluída, crua” pelos movimentos, sem grande potência e recursos:

São questões paradoxais de dentro do Estado, isso é quase que inerente. Não vai sair disso. O Estado vai adentrar, vai estruturar, vai engessar, e pode até apoiar. E a partir do movimento “cru”, ele é fluído, tem a sua potência, mas não tem o seu recurso. É bem essa polaridade que se não explode o Estado e a gente consegue outras estruturas que consigam potencializar os movimentos sociais, vai ficar nessa polaridade entre o estruturado meio burro, e o movimento social fluído sem potência. Porque quanto mais potência, mais estruturado, mais apoio, mais engessado, então tem essa polaridade que eu não vejo saída fora a revolução. (entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2021)

Ao mesmo tempo, ele reconhece que os movimentos sociais LGBT não estão articulados — ainda — para destruir o sistema capitalista, o que necessitaria maior organização coletiva e ativismo de base, com novas relações desconstruídas da “hierarquia estrutural” — característica social essa senão da estrutura de poder do Estado e do mercado:

Ninguém faz organização coletiva, o pessoal chega no bairro e quer que todo mundo siga o líder, as lideranças - que são super importantes - querem ser seguidas. [...] Nessa questão, a gente tem muito a aprender com o movimento negro que eles falam muito do “racismo estrutural”. A gente vive uma “hierarquia estrutural”, a gente tem que se desconstruir enquanto hierárquico, mas ninguém pega essa pauta e batalha, a gente é hierárquico, a gente quer mandar e ser mandado. E a gente reproduz isso. (entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2021)

A importância de se repensar a forma de participação da organização da Parada não está em já estipular antecipadamente qual seria o modelo ideal, o resultado final. Acima de qualquer coisa, *como* será tomada essa decisão é o que importa aos movimentos e à comunidade LGBT. Diego afirma que “*o como nos mostra ética, nos mostra princípios, nos mostra se a gente não tá fazendo as coisas custe o que custar*”:

Eu acho que a gente tinha que pensar junto como que vamos fazer as coisas, eu acho que a gente pensa muito sobre o que ser feito, mas a gente pensa infinitamente menos como ser feito. E eu como ativista de processos autogestionados, mais importante do que ser feito, é como. É o como que nos mostra ética, nos mostra princípios, nos mostra se a gente não tá fazendo as coisas custe o que custar. E a gente que trabalha com Direitos Humanos, trabalha com ser humano, as coisas nunca podem ser custe o que custar. As coisas devem ser feitas de uma maneira como a gente gostaria que elas fossem finalizadas, porque aí as coisas fizeram sentido. [...] **As pessoas deveriam ser ouvidas durante todo o processo.** (entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2021)

É preciso reconhecer a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo enquanto uma política de combate ao preconceito e à LGBTfobia, fazendo parte de um pacote que “requer políticas de Estado. Não só reconhecimento jurídico pleno, como também

sistemáticas políticas públicas de promoção de Direitos Humanos” (RODRIGUES, 2011: 35-36). A omissão da Prefeitura de São Paulo na organização do evento, sem uma relação de parceria pautada nos interesses dos movimentos sociais e da sociedade civil, continuará reproduzindo a violência internalizada nas instituições contra LGBTs. Ocupar espaços institucionais participativos, em especial sobre os recursos econômicos envolvidos no evento, e construir mudanças de participação fora das instituições dependem do fortalecimento da mobilização dos movimentos sociais. Hoje, enquanto não há qualquer disputa sobre essa possibilidade, as grandes empresas se apropriam do evento e a prefeitura se beneficia financeiramente.

Portanto, a maior lição para um novo formato de participação na organização da Parada está na capacidade de articulação e diálogo entre os movimentos sociais e a associação, pois “*as pessoas deveriam ser ouvidas durante todo o processo*” — situação oposta da atual. Essa é, sobretudo, a base da luta pela participação popular e que, dentro das suas limitações, repensa as desigualdades de poder excludentes do Estado capitalista na tomada de decisões com o maior poder às classes mais marginalizadas, podendo levar a novas formas de radical participação popular. A possibilidade de propor uma realidade participativa diferente da atual, revertendo a omissão e o não reconhecimento da sociedade e das instituições, seria senão o jeito subversivo, revolucionário e, ainda, festivo, de uma pessoa LGBT existir.

### Referências

- ALONSO (2016). Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. Bloco de Pesquisa Qualitativa. CEBRAP/SESC. São Paulo, 2016
- ALVAREZ (2014) Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. Cadernos Pagu 2014, n. 43, pp. 13-56. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>> Acesso em 1 de set 2021.
- ARMANI, D. (1999) Breve mapa do contexto das ONGs brasileiras. Disponível em: <[www.abong.org.br/artigos/brevmapa.html](http://www.abong.org.br/artigos/brevmapa.html)>.
- AVRITZER (2008). Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. Opin. Publica, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43- 64, Junho



2008.

AVRITZER; RECAMÁN; VENTURI (2004) O associativismo na cidade de São Paulo. In: AVRITZER, L. (org.). A participação em São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, 2004. p. 11-57.

AVRITZER e SANTOS (2002). Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BAQUERO (2001) Cultura Política Participativa e Desconsolidação Democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. São Paulo em Perspectiva, 15(4) 2001

BRANDÃO (2011). Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CALLIARI (2016). Espaço público e urbanidade em São Paulo. Editora BEI, São Paulo

CANDIDO e CARVALHO (2018). São Paulo Virada de Cinza: A comunicação municipal em massa para a construção de uma imagem-promoção. Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

COELHO, V; VERÍSSIMO (2004). Considerações sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil nos conselhos de Saúde em São Paulo. In: AVRITZER, L. (org.). A participação em São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, 2004. p. 105-122.

DECRETO 57.014/2016 de 24 maio de 2016. Inclui a Parada do Orgulho LGBT no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo de que trata a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007. Leis Municipais de São Paulo.

DIAS (2006). O orçamento participativo na cidade de São Paulo - confrontos e enfrentamentos no circuito do poder. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

DI PIETRO (1993) Participação Popular na Administração Pública. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 191, p. 26-39, jan./mar. 1993.

EDWARDS e HULME (1998) Too close for Comfort? The Impact of Official Aid on Nongovernmental Organizations. World Development, v 24.

FACCHINI (2005) Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

FALCONER e VILELA (2001) Recursos privados para fins públicos: As grantmakers brasileiras. São Paulo: Peirópolis, 163p.

FONSECA (2018). Capitalismo e diversidade sexual na sociedade de consumo. ALABASTRO: Revista Eletrônica dos Alunos da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, v. 2, n. 11

FPA (2011). Pesquisa Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: intolerância e respeito às diferenças sexuais. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. (Orgs.). Diversidade sexual e homofobia no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 189-251

FRANÇA (2006) Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

HUDSON (1999) Administrando organizações do Terceiro Setor: o desafio de administrar sem receita. Tradução: James F. Sunderland Cook. São Paulo: Makron, 309

IPEA (2013) Potencial de Efetividade das Audiências Públicas do Governo Federal. Relatório de Pesquisa. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República Ministro interino. Brasília, 2013.

JUNQUEIRA e PRADO (2011). Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. (Orgs.). Diversidade sexual e homofobia no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 51-72

- KLIKSBERG (1997). O desafio da exclusão: para uma gestão social eficiente. São Paulo; Fundap; 1997  
LEI Nº13.019/204. Margo Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.: Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm)> Acesso em: 2 de fev. 2021  
LEI Nº 16.050, de 31 de julho de 2014 (Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo). Disponível em:<<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16050-de-31-de-julho-de-2014>> Acesso em: 1 de fev. 2021
- LUCHMANN (2008). Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo. Cad. CRH, Salvador, v. 21, n. 52, p. 87-97, Apr. 2008.
- MACHADO e PRADO (2009). Sexualidade e cidadania. sociedade civil e poder público na organização da parada glbt na cidade de belo horizonte (Brasil) (Republicado/Revisão). Les Cahiers de Psychologie Politique, v. 15, 2009
- MUÑOZ (2015). Dimensiones del Estado Social y derechos fundamentales sociales. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 35, maio/ago. 2015;
- ORTOLANO (2012). Turismo e Hospitalidade: um olhar para a juventude nas paradas do orgulho LGBT. Revista Gestão & Políticas Públicas, 2(2), 314-330.
- PDE (2014). Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo - Estratégias Ilustradas. Disponível em:<<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Plano-Diretor-Estrat%C3%A9gico-Lei-n%C2%BA-16.050-de-31-de-julho-de-2014-Estrat%C3%A9gias-ilustradas.pdf>> Acesso em: 1 de fev. de 2021
- RICCI (2004). Associativismo paulistano e cultura ambivalente. In: AVRITZER, L. (org.). A participação em São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, 2004. p. 59-104.
- ROCHA (2008). A Constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. 20 anos da constituição cidadã: avaliação e desafio da seguridade social, Anfip, Brasília, 2008.
- RODRIGUES (2011) Direitos humanos e diversidade sexual: uma agenda em construção. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. (Orgs.). Diversidade sexual e homofobia no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011
- PREFEITURA DE SÃO PAULO (2013). Secretaria Municipal de Cultura anuncia membros da comissão de curadoria colegiada da Virada Cultural 2013. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=12129>> Acesso em 16 de jan 2021
- \_\_\_\_\_ (2016). Secretaria Municipal de Cultura anuncia curadoria colegiada da Virada Cultural 2016. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=19854>> Acesso em 16 de jan 2021
- \_\_\_\_\_ (2018). Secretaria Municipal de Cultura recebe propostas artísticas para a 15ª edição da Virada Cultural até 16 de dezembro. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=24423>> Acesso em 16 de jan 2021
- \_\_\_\_\_ (2019). 23ª Parada do Orgulho LGBT 2019. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/turismo/eventos/index.php?p=278600>> Acesso em 15 de jan 2021
- \_\_\_\_\_ (2019). Parada LGBT movimentou R\$ 403 milhões na cidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/parada-lgbt-movimentou-r-403-milhoes-na-cidade-de-sao-paulo>> Acesso em 15 de jan 2021
- SILVA (2006). Marchando pelo arco-íris da política. 2006. 636 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- SILVA (2008) Luta, Resistência e Cidadania: Uma análise psicopolítica dos Movimentos e Paradas do Orgulho LGBT. 1. ed. Curitiba: Juruá. v. 1. 514 p.
- TEIXEIRA (2019) Carnaval de rua de São Paulo: disputas e representações. CELACC. Universidade de São Paulo
- VALLA (1998). Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. Caderno de Saúde Pública,

Rio de Janeiro, 14(Sup. 2):7-18, 1998

XAVIER (2011). Accountability e as suas Múltiplas Abordagens: um Balanço Teórico. XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2011, p.2

ZANOLI (2019) "MAIS ATIVISTA DO QUE GESTORA": ATIVISMO INSTITUCIONAL NO CAMPO DO MOVIMENTO LGBT EM CAMPINAS. Sociologia & Antropologia. 2019, v. 9, n. 2, pp. 495-517. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752019v9n2>>. Acesso em 1 de set 2021.

ZARPELON, L. (2013) Espaço público e ocupação efêmera: a Virada Cultural como instrumento de requalificação do Centro Histórico de São Paulo, p.158.

### **Public participation in the organization of São Paulo Pride Parade**

**Abstract:** São Paulo Pride, the biggest parade in Brazil and, for many years, the biggest in the world, conciliates interests of different stakeholders: social movements, civil society organizations, companies and the government. Nowadays, the only way for civil society and social movements to participate in the organization process is through working groups inside APOGLBT, the association in charge of the Pride organization. The present study aims to identify the limitations of this type, exploring other possibilities of participation during the organization of the event. In comparison to other mass gatherings in São Paulo, Pride is historically not recognised as a public policy by the municipal administration. The introduction and implementation of participative policies could tackle this issue, although it wouldn't put an end to the inequality of power inside representative democracy and capitalist state.

**Keywords:** Public Participation, Pride Parade, Social Movements and Associations

Recebido em: 30/04/2021

Aprovado em: 22/07/2021